

Um Prêmio Nobel de Economia para Itapissuma

- 8 NOV 1985

GACETA MERCANTIL

Dinda Ext

Alexandre Barros (*)



Itapissuma, município pernambucano de 12.000 habitantes, recusou 150 mil dólares de financiamento do Banco Mundial. A cidade não precisa do dinheiro e não quer endividar-se para o futuro. Modigliani, Prêmio Nobel de Economia, disse que o aumento do déficit federal norte-americano que vem ocorrendo como resultado das políticas da administração Reagan compromete as futuras gerações de norte-americanos.

Se a Academia Real de Ciências da Suécia outorga o Prêmio Nobel com algum critério de validade científica, a população de Itapissuma deveria ganhar um pedaço dos duzentos e muitos mil dólares do Nobel. Os itapissumenses sabem que não vale a pena endividar-se excessivamente para um benefício de caráter duvidoso. Esse tipo de noção, entretanto, é muito difícil de materializar à proporção que cresce a escala de decisão, porque a responsabilidade fica di-

luída e acaba não sendo de ninguém.

O consumidor individual sabe os limites do seu endividamento para investir ou para consumir. O empresário também. O município sabe que o aperto vai cair em cima de seus cidadãos.

Quando a decisão, seja ela de endividamento, seja de outra natureza, passa a ser feita em escala nacional, esse tipo de controle desaparece. O cidadão já não tem mais controle sobre o endividamento que ele vai ter de pagar e o burocrata já estará longe quando o problema aparecer.

Durante o período 1964-85, a presunção era de que políticos de pequenos municípios eram irresponsáveis e iam construir fontes luminosas em vez de fazer investimentos produtivos. A resposta encontrada foi centralizar decisões em escritórios brasileiros.

Por conta disso, disse-me, há algum tempo, o governador Esperidião Amin, de Santa Catarina, é que existe uma avenida em Florianópolis construída na direção errada. Ou seja, no sentido do engarrafamento não existe rua nova. No trajeto que ninguém faz repousa uma magnífica

avenida sem utilização. A construção só ocorreu porque os burocratas de Brasília achavam que era a solução mais adequada. Se a decisão tivesse sido local, provavelmente essa situação não ocorreria. Se erros fossem feitos num sistema descentralizado: problema local a custo local. Com a centralização, o que ocorre é que o absurdo fica sendo local, o custo financeiro é socializado a nível nacional e a responsabilidade política inexistente.

Em fins da década de 60, um estudo do Banco Mundial chamava a atenção para o fato de que o estabelecimento de controles excessivos nas burocracias dos países em desenvolvimento não acabava nem com a corrupção nem com a ineficiência. Ao contrário, só tornava mais difícil detectá-las. Isso porque, quando se configurava uma ou a outra, a responsabilidade não podia ser imputada a ninguém, dada a sua diluição.

No caso das exportações brasileiras, a situação é semelhante. O País enfrenta hoje nos Estados Unidos a ameaça de protecionismo crescente. Um setor privado como o de produção de calçados tinha um proble-

ma a resolver. Contratou lobistas profissionais nos Estados Unidos e conseguiu seu objetivo. Enquanto isso, a burocracia do Banco Central não libera o pagamento dos serviços dos lobistas que vão trazer divisas para o País e manter o nível de emprego na indústria de calçados. Ou seja, quem contrata o serviço e tem dinheiro para pagar se vê impedido de fazer o pagamento porque quem tem autoridade para liberar o pagamento não tem interesse nenhum a defender. Ao contrário, só faz atrapalhar, centralizadamente.

No caso (talvez fosse melhor dizer caos) do etanol, a situação é contrária. Como o assunto está nas mãos do governo, nada anda. O mercado norte-americano de etanol está prestes a ser perdido, porque a estratégia dos negociadores brasileiros não está levando em conta as peculiaridades do sistema político norte-americano. A burocracia está presumindo que Washington é Brasília, e corre o risco de meter os pés pelas mãos.

Do jeito que as coisas andam, acabaremos com o excesso de produção de álcool sendo queimado nos

tanques de combustível locais com o possível aumento da percentagem de álcool na mistura, quando poderíamos perfeitamente acumular uns dólares.

Novamente, a desvinculação entre o interesse, a decisão e a sua implementação permite que se leve adiante uma política desastrosa.

Afinal de contas, que mal faz queimar algumas divisas, se sempre o governo central pode pressionar empresas públicas e municípios para receberem dólares de que não precisam e, na sua falta, atrasar os pagamentos devidos por quem contratou profissionais para defender seus interesses eficientemente, mas não tem autoridade para assinar os cheques em moeda forte pelos serviços que contratou?

Itapissuma deu o exemplo. Os interessados sabem o que é bom para eles. Confirmado pelo Prêmio Nobel de economia. Resta saber se o Prêmio Nobel vale alguma coisa nos escritórios da onipotente burocracia brasileira.

(*) Ph.D. em Ciência Política pela Universidade de Chicago e consultor de empresas em Análise de Risco Político.